



O PLANEJAMENTO DE ENSINO E OS DOCUMENTOS OFICIAIS

Déborah dos Santos

Instituto Federal de Alagoas – IFAL

deborahsantos21@hotmail.com

Luana Machado

Instituto Federal de Alagoas – IFAL

pedagogalua@hotmail.com

Nívia Vieira Coutinho Soares

Instituto Federal de Alagoas – IFAL

nay_170@hotmail.com

Tamiris de Almeida Silva

Instituto Federal de Alagoas – IFAL

tamirisalmeid@yahoo.com.br

Planejamento – ensino – documentos oficiais

INTRODUÇÃO

O ato de planejar faz parte da história do ser humano, pois o desejo de transformar o sonho em realidade objetiva é uma preocupação marcante de toda pessoa. Em nosso dia a dia, sempre estamos enfrentando situações que necessitam de planejamento, mas nem sempre as nossas atividades diárias são delineadas em etapas concretas da ação, uma vez que já pertencem ao contexto de nossa rotina.

A necessidade de se planejar o ensino é importante para que o educador tenha um documento para se orientar em sua prática docente, ou seja, o plano de aula. Realizando seu plano de ensino, o professor estará contribuindo para uma aprendizagem

que faça sentido na vida do aluno, explorando suas competências e habilidades nas diversas atividades desenvolvidas em suas ações planejadas.

O planejamento é um trabalho que impõe uma preocupação para o bom desenvolvimento e sucesso de uma prática educativa. Por esse motivo, a escola que não tem como prática educativa o planejamento, não produz um desenvolvimento significativo diante das ações educativas desenvolvido no espaço escolar.

Assim sendo, o planejamento tem um papel fundamental na prática escolar dando suporte necessário a comunidade para sanar as dificuldades nela encontradas. Para isso, a pesquisa mostrará a realidade de alguns professores das escolas públicas municipais da cidade de Penedo e seus processos de elaboração do planejamento de ensino.

Sendo assim esse artigo tem por objetivo analisar os entraves de alguns professores quanto à elaboração do planejamento nos anos iniciais do Ensino Fundamental, já que exige uma reflexão sobre a realidade e sobre a ação a ser desenvolvida.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa aqui apresentada de acordo com os alguns teóricos como Gandin, Libâneo, Menegolla, M.; Sant'anna e outros; e com a pesquisa de campo realizada através de um questionário aplicado a trinta e cinco professores sendo quinze da rede estadual e vinte da municipal.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Nº 9394/96 e o Planejamento de Ensino

A LDBEN rege todo o trabalho da escola, principalmente, dos docentes, assim ela apresenta-se de forma sistemática diante de todos os níveis da educação pública nacional, desde as incumbências do município até as da União, para organização do sistema de ensino e as responsabilidades de cada profissional da educação.

O artigo 13 da LDBEN afirma sobre a incumbência dos docentes, enfatizando em seu inciso I e II sobre a participação dos professores na elaboração da proposta pedagógica da escola em que leciona e do cumprimento de seu plano de

trabalho, de acordo com o da escola, e ainda no inciso III, zelar pela aprendizagem dos alunos e estratégias para recuperação do fracasso do ensino e aprendizagem. Assim, o docente precisa elaborar, segundo a Lei maior da educação nacional, seu planejamento adequando-o aos princípios e plano de ação da escola de forma consciente com a realidade de sua turma, garantindo na execução, a aprendizagem dos alunos de forma eficiente buscando estratégias que casem com as limitações de cada discente (1996, p. 3).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e o Planejamento

Os PCN's foram criados e organizados para atender as necessidades dos docentes em sala de aula, servindo para orientar seus trabalhos. É um apoio fundamental na organização dos projetos escolares e instrumento útil para a vida cotidiana do professor.

Para que o professor tenha sucesso em sua prática docente é necessário que o mesmo programe suas ações a serem desenvolvidas através do planejamento de ensino. Como afirma o livro introdutório dos PCN's:

A programação deve garantir uma distribuição planejada de aulas, distribuição dos conteúdos segundo um cronograma referencial, definição das orientações didáticas prioritárias, seleção do material a ser utilizado (1997, p. 38).

Com isso, percebe-se a enorme importância da necessidade que os docentes têm em programar os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, favorecendo uma aprendizagem mais significativa. Vale ressaltar que, apesar de ser responsabilidade de cada professor, é preciso que a equipe gestora esteja por dentro de cada atividade que ele realiza na sala de aula.

Referencial Curricular da Educação Básica para as Escolas Públicas Estaduais de Alagoas

Com base no Referencial Curricular da Educação Básica para Escolas Públicas de Alagoas (RECEB) é responsabilidade dos profissionais da educação da Secretaria Estadual de Educação de Alagoas (SEE/AL) elaborar as propostas de reestruturação, modernização e organização da Educação Pública de Alagoas, do planejamento à avaliação dos resultados.

Com a implementação do ensino fundamental de nove anos, regulamentado pelo MEC, surgiram novas exigências na organização do currículo das escolas. Sendo assim foram elaboradas orientações pedagógicas e novas diretrizes para que as instituições de ensino se adequassem a nova estrutura do ensino fundamental, dentre as quais se destacam a enturmação dos alunos- crianças de 6 anos, ainda sem maturidade, para o Ensino Fundamental.

Os Exames Nacionais – Prova Brasil, Provinha Brasil, SAEB e SAVEAL

O manual informativo para os professores, coordenadores pedagógicos e diretores de escolas de Ensino Fundamental sobre a Prova Brasil orienta que o tempo para aplicação e resolução das questões e os assuntos contidos no planejamento das escolas vão muito além do que está sendo ensinado aos nossos alunos, com isso os professores devem estar bem informados, inteirados e dedicados aos conteúdos da Prova Brasil e desse modo transmitir aos discentes estratégias de conhecimentos necessárias para a realização da prova.

É necessário que os professores adéquem o seu planejamento às atividades propostas da Prova Brasil e que a escola informe aos pais e responsáveis da importância da colaboração de todos nesse processo. Todavia deve haver reflexão sobre o que está sendo cobrado nessa avaliação, se a mesma condiz com a realidade de todos os estados ou apenas de alguns (Prova Brasil, 2007, p. 8).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O referente estudo teve como principal objetivo observar dificuldades mais relevantes na elaboração do planejamento de ensino dos professores de algumas escolas públicas municipais e estaduais da cidade de Penedo/AL.

Em todas as questões os professores entrevistados das escolas estaduais e municipais responderam ao questionário sem muita discordância nas respostas. Assim, compreende-se que o planejamento das ações dos professores deve ser desenvolvido diariamente nas aulas e assim, ajudando a turma a superar dificuldades, evitando com isso a improvisação na sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da pesquisa de campo ter sido apenas uma amostragem, ficou claro que os professores acreditam que planejar é essencial para que a aprendizagem

realmente aconteça, por mais que ele seja flexível, não se deve começar uma aula sem que seja planejada previamente, levando em consideração pontos relevantes, como a realidade do aluno, o nível de dificuldade da turma em que leciona e os recursos disponíveis às atividades que foram propostas no plano de ensino. Pois, nessa perspectiva se obtém resultados positivos quanto ao que se foi pensado no momento de planejar, por mais que muitas das ações planejadas não foram executadas por falta de tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAGOAS, Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. **Referencial Curricular da Educação Básica para as Escolas Públicas de Alagoas/RECEB**. Maceió: Geração Saber, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96**. Brasília, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais vol. 1, 2, 5, 8, 10**. Brasília, 1997/2001.

GANDIN, D. **Planejamento como prática educativa**. São Paulo: Loyola, 1983.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de Didática Geral**, 4ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994 – (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor).

MENEGOLLA, M.; SANT'ANNA, I. M. **Por que planejar? Como planejar?** 10ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PROVA Brasil na Escola. **Material para professores, coordenadores pedagógicos e diretores de escolas de Ensino Fundamental**. CENPEC e Fundação Tide Setubal, São Paulo, 2007.

RELATÓRIO Estadual da Pesquisa em Avaliação de Sistema Educacional do Estado de Alagoas. Maceió: SEE/PROAEE, 2006.